

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2010 a DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 462, de 05 de agosto de 2009.

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO/2010 a DEZEMBRO/2010	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.751.486,76	-
Pessoal Ativo	16.450.301,08	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	16.450.301,08	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.301.185,68	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.301.185,68	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.029.598,88	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.760.570,16	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	2.269.028,72	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	21.721.887,88	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		21.721.887,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.179.151.679,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,065%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	29.861.236,51
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	28.368.174,69

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Juiz Cel PM SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, Presidente em exercício; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2010 a DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 462, de 05 de agosto de 2009.
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO/2010 a DEZEMBRO/2010	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.751.486,76	-
Pessoal Ativo	16.450.301,08	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	16.450.301,08	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.301.185,68	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.301.185,68	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.448.479,43	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	147.293,75	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	9.301.185,68	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.303.007,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		16.303.007,33

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.179.151.679,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,049%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	29.861.236,51
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	28.368.174,69

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Juiz Cel PM SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, Presidente em exercício; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") Portaria STN nº 462, de 05 de agosto de 2009.

R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Pensões Alimentícias - FOPAG DEZ/2010	R\$ 52.647,49	R\$ 52.647,49	R\$ 0,00
Contribuições/Retenções/Descontos p/ Institutos de Previdência	R\$ 54.295,26	R\$ 54.295,26	R\$ 0,00
Depósitos/Retenções Judiciais	R\$ 1.556,16	R\$ 1.556,16	R\$ 0,00
Outros Consignatários/ Retenções	R\$ 124.524,34	R\$ 124.524,34	R\$ 0,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 5.959.556,19	R\$ 5.959.556,19	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00
RP Empenhados e não Liquidados - Exerc. Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	R\$ 6.193.479,44	R\$ 6.193.479,44	R\$ 0,00
Recursos Diretamente Arrecadados para livre utilização ⁽²⁾	R\$ 2.312.653,96	R\$ 0,00	R\$ 2.312.653,96
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	R\$ 2.312.653,96	R\$ 0,00	R\$ 2.312.653,96
TOTAL (III) = (I + II)	R\$ 8.506.133,40	R\$ 6.193.479,44	R\$ 2.312.653,96

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ⁽¹⁾	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
---	----------	----------	----------

Fonte: SIAFI/ MG .

Nota: ⁽¹⁾ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

⁽²⁾ Foram considerados os valores de Outras Disponibilidades Financeiras - Crédito Financeiro a Receber da Unidade Central - GMIFP - sujeitos a alterações por parte da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF/SEF/MG.

Juiz Cel PM SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, Presidente em exercício; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") Portaria STN nº 462, de 05 de agosto de 2009.

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ⁽²⁾	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.353.384,80	R\$ 3.606.171,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 44.553,60	R\$ 44.553,60	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 191.900,00	R\$ 191.900,00	R\$ 0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	R\$ 2.353.384,80	R\$ 3.607.071,39	R\$ 0,00	R\$ 236.453,60	R\$ 236.453,60	R\$ 0,00
Recursos Diretamente Arrec. p/ livre utilização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 210.039,40	R\$ 2.076.200,36	R\$ 0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 210.039,40	R\$ 2.076.200,36	R\$ 0,00
TOTAL (III) = (I + II)	R\$ 2.353.384,80	R\$ 3.607.071,39	R\$ 0,00	R\$ 446.493,00	R\$ 2.312.653,96	R\$ 0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ⁽¹⁾	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI/MG

Nota: ⁽¹⁾ A disponibilidade de caixa do RPFS está comprometida com o Passivo Atuarial.

⁽²⁾ Disponibilidade de Caixa Líquida, antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício, sujeita a alteração em virtude dos reflexos da nota constante do Anexo V.

Juiz Cel PM SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, Presidente em exercício; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO DE 2010

Anexo VII (LRF, art. 55) Portaria STN nº 462, de 05 de agosto de 2009.		RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR (R\$)
		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP (Portaria STN nº 462 de 05/08/09)	21.721.887,88	0,0655%
Despesa Total com Pessoal - DTP (Portaria STN nº 462 de 05/08/09 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG)	16.303.007,33	0,0491%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,09%	29.861.236,51	0,0900%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	28.368.174,69	0,0855%
DÍVIDA		VALOR
		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR
		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR
		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	446.493,00	2.312.653,96

FONTE: Anexos I, V e VI do RGF 2010.

Juiz Cel PM SÓCRATES EDGARD DOS ANJOS, Presidente em exercício; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças em exercício; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.